



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190930001570
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c929-d8bc-a84b-f3ca

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



TUA

TÍTULO ÚNICO AMBIENTAL

O titular está obrigado a cumprir o disposto no presente título, bem como toda a legislação e regulamentos vigentes nas partes que lhes são aplicáveis.

O TUA compreende todas as decisões de licenciamento aplicáveis ao pedido efetuado, devendo ser integrado no respetivo título de licenciamento da atividade económica.

DADOS GERAIS

Nº TUA	TUA20190903000329
REQUERENTE	NCD-NATURAL COMPANHIA DETERGENTES, LDA.
Nº DE IDENTIFICAÇÃO FISCAL	504549561
ESTABELECIMENTO	NCD Natural Companhia de Detergentes, Lda
LOCALIZAÇÃO	Zona Industrial da Quimiparque, Rua 3
CAE	20412 - Fabricação de produtos de limpeza, polimento e proteção
	22220 - Fabricação de embalagens de plástico

CONTEÚDOS TUA



ENQUADRAMENTO



LOCALIZAÇÃO



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO



EXPLORAÇÃO



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO



ANEXOS TUA



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190930001570
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c929-d8bc-a84b-f3ca

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



ENQUADRAMENTO

SUMÁRIO

Regime	Nº Processo	Aplicáveis	Solicitados	Indicador de enquadramento	Data de Emissão	Data de Validade	Prorrogação da validade	Eficácia	Sentido da decisão	Entidade Licenciadora
AIA	PL20181125003461	X	X	Anexo II, ponto 6 a) - Artigo 1.º, n.º 3, alínea b), ponto i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual	30-09-2019	29-09-2023	-	Sim	Favorável condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente
PAG	PL20181125003461	X	X	ACL	03-09-2019	02-09-2023	-	Sim	Favorável condicionado	Agência Portuguesa do Ambiente



LOCALIZAÇÃO

Mapa



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190930001570
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c929-d8bc-a84b-f3ca

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "<https://siliamb.apambiente.pt>" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.



Confrontações

Norte	Espaço de circulação de veículos pesados
Sul	Espaço de circulação de veículos pesados
Este	Espaço de circulação de veículos pesados
Oeste	Espaço de circulação de veículos pesados; Espaço 1 (Locom Espaço 2 (NCD)

Área do estabelecimento

Área impermeabilizada não coberta (m2)	295.00
Área coberta (m2)	4175.00
Área total (m2)	4470.00



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190930001570
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c929-d8bc-a84b-f3ca

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Localização

Localização

No que respeita ao Plano Diretor Municipal de Estarreja verifique acordo com a planta de ordenamento, o estabelecimento está Espaço Atividade Económicas e Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Quimiparque (PPPEQ).



PRÉVIAS CONSTRUÇÃO

Medidas /Condições gerais a cumprir

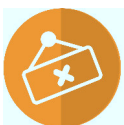
Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



EXPLORAÇÃO

Medidas / Condições gerais a cumprir

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



DESATIVAÇÃO/ENCERRAMENTO

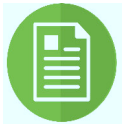
Medidas / Condições a cumprir relativamente ao encerramentos e ou desativação da instalação



CÓDIGO DOCUMENTO: D20190930001570
CÓDIGO VERIFICAÇÃO: c929-d8bc-a84b-f3ca

Para realizar a validação do documento e comprovar que o documento apresentado corresponde ao TUA, aceda a "https://siliamb.apambiente.pt" e no link "Validar Título Único Ambiental", indique o código do documento e de verificação apresentados.

Medida/ Condição a cumprir	Prazo de implementação	Demonstração do cumprimento
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



OBRIGAÇÕES DE COMUNICAÇÃO

Comunicações a efetuar à Administração

Tipo de informação/Parâmetros	Formato de reporte	Data de reporte	Entidade
Condições constantes da Declaração de Impacte Ambiental (DIA) anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA	Ver DIA anexa ao presente TUA



ANEXOS TUA

Anexos

Código	Anexo	Descrição
C062731	DIA(anexoTUA)_AIA3265.pdf	DIA - Declaração de Impacte Ambiental

Declaração de Impacte Ambiental (Anexo ao TUA)

Designação do projeto	Unidade Industrial de produção de lixívia e produtos de limpeza em Estarreja
Fase em que se encontra o projeto	Projeto de Execução (já executado)
Tipologia do projeto	Anexo II, ponto 6 a) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro
Enquadramento no regime jurídico de AIA	Artigo 1.º, n.º 3, alínea b), ponto i) do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Localização (freguesia e concelho)	Freguesia de Beduído e Veiros, concelho de Estarreja, distrito de Aveiro.
Identificação das áreas sensíveis	Não são afetadas áreas sensíveis definidas nos termos do disposto na alínea a) do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual
Proponente	NCD – Natural Companhia de Detergentes. Ld.ª
Entidade licenciadora	IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P.
Autoridade de AIA	Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.

Descrição sumária do projeto	<p>O projeto consiste na instalação de uma unidade industrial de produção de lixívias e produtos de limpeza, com uma capacidade instalada de 157 895 t/ano de lixívia, e de 27 934 t/ano de lava tudo. A produção efetiva, tendo em conta o regime de laboração proposto, será de 36 041 ton/ano.</p> <p>O projeto será instalado num edifício já existente localizado no Complexo Químico de Estarreja (CQE), o qual possui rede de drenagem de águas residuais domésticas, rede de águas residuais industriais/rede de derrames e redes de águas pluviais.</p> <p>A atividade produtiva será organizada em dois setores:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Setor de extrusão para produção das embalagens para enchimento; • Setor de produção/engarrafamento de produtos de limpeza. <p>O processo de produção / engarrafamento dos produtos de limpeza desenvolve-se nas seguintes etapas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Receção e armazenamento das matérias-primas; • Conceção do produto: a conceção das lixívias e outros produtos (líquidos) de limpeza realiza-se em misturadores em que a admissão
-------------------------------------	---

	<p>da água e do hipoclorito de sódio se faz diretamente. As restantes substâncias a utilizar são pesadas em balança existente na zona da produção.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Enchimento do produto: o produto, que se encontra acondicionado num reservatório, segue para a respetiva linha de enchimento (num total de 6), consumando-se o enchimento em embalagens de polietileno ou de PET (produzidas no setor de extrusão). • Os produtos a embalar são: água desmineralizada na Linha L1; Lixívias nas linhas L2, L3 e L4; Lixívias e lava tudo na linha L5; Lava tudo na linha L7; • Embalamento do produto: após o enchimento procede-se ao embalamento do produto, que pode ser automático ou manual; • Armazenamento do produto final: após o embalamento, o produto segue para uma das duas áreas de armazenamento (AF – armazém de produto acabado ou AC – armazém de carga), onde permanece até ser expedido para o cliente; • Expedição do produto final: por via rodoviária. <p>O Hipoclorito de Sódio, principal matéria-prima, será fornecido pela Bondalti, através de um <i>pipeline</i>, já construído, entre o reservatório da Bondalti e os dois reservatórios da NCD (com 25 m³ cada).</p> <p>As restantes matérias-primas serão transportadas por via rodoviária procedendo-se à descarga com recurso à utilização de empilhadores para transportar e acondicionar as diversas matérias-primas nos respetivos locais de armazenamento.</p> <p>Com exceção do Hipoclorito de Sódio, todas as matérias-primas são armazenadas no interior do edifício.</p> <p>A água a utilizar no processo industrial será fornecida pela Bondalti, a qual também fornece outras empresas do CQE. Para tal, a Bondalti possui duas captações no Cretácico de Aveiro (AC2 e AC3), três captações no Quaternário (AC4, AC5 e AC6) e uma no rio Antuã (AC1).</p> <p>Para satisfazer as necessidades de água industrial, associadas à capacidade instalada da NCD, estima-se um volume de 161 412 m³/ano (consumo anual no processo produtivo), ao qual acrescerá o volume necessário às operações de lavagem de equipamentos, que se estima ser de 225 m³/ano para a produção efetiva, e de 329 m³/ano para a capacidade instalada.</p> <p>Para a produção efetiva prevê-se 1 turno para o setor de produção/enchimento e 3 turnos para o setor de produção de embalagens de plástico, e a contratação de 39 funcionários para assegurar a referida produção.</p>
--	---

	<p>Para a capacidade efetiva estima-se um volume de tráfego de 1685 veículos/ano, incluindo um incremento de 7 veículos pesados/dia, e de 2 516 veículos/ano, incluindo um incremento de 10 veículos pesados/dia, para o cenário relativo à capacidade instalada.</p> <p>Prevê-se que a instalação dos equipamentos decorra no período de um mês.</p>
--	---

Síntese do procedimento	<p>O presente procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) teve início a 11 de março de 2019, data em que se considerou estarem reunidos todos os elementos necessários à correta instrução do processo.</p> <p>A Agência Portuguesa do Ambiente, I.P. (APA), na sua qualidade de Autoridade de AIA, nomeou a respetiva Comissão de Avaliação (CA), constituída por representantes da própria APA, e das seguintes entidades: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-Centro), Administração Regional de Saúde do Centro (ARS-Centro), Laboratório Nacional de Energia e Geologia, I.P. (LNEG,I.P.) e IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P.</p> <p>A metodologia adotada para a concretização deste procedimento de AIA contemplou as seguintes fases:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Instrução do processo de AIA e nomeação da CA. • Análise da conformidade do Estudo de Impacte Ambiental (EIA): <ul style="list-style-type: none"> – No decurso desta análise, foi considerada necessária a apresentação de elementos adicionais, ao abrigo do n.º 8, do Artigo 14.º, do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro. – Esses elementos foram apresentados pelo proponente sob a forma de Aditamento ao EIA. – Após análise do Aditamento ao EIA, foi considerado que o mesmo, de uma maneira geral, dava resposta às lacunas e dúvidas anteriormente identificadas pelo que o EIA foi declarado conforme a 07/06/2019. – No entanto, e sem prejuízo de ter sido declarada a conformidade do EIA, foram ainda solicitados elementos complementares relativos aos recursos hídricos e à análise de risco. • Abertura de um período de Consulta Pública, que decorreu durante 30 dias úteis, de 12 de junho a 24 de julho de 2019. • Solicitação de parecer específico às seguintes entidades externas: Águas da Região de Aveiro (AdRA), Águas do Centro Litoral (AdCL), Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANPC), Câmara Municipal de Estarreja, Direção Regional de Cultura do Centro (DRC - Centro), Infraestruturas de Portugal S.A., Sociedade Baía do Tejo S.A.. • Visita ao local de implantação do projeto, no dia 19/07/2019, onde
--------------------------------	--

	<p>estiveram presentes representantes da CA, do proponente e da equipa responsável pelo EIA.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Parecer Final da CA, que visa apoiar a tomada de decisão relativa à viabilidade ambiental do projeto. • Preparação da proposta de Declaração de Impacte Ambiental (DIA), tendo em consideração o Parecer da CA e o Relatório da Consulta Pública. • Promoção de um período de audiência de interessados, ao abrigo do Código do Procedimento Administrativo, e de diligências complementares. • Concluído o período de audiência de interessados sem que o proponente tivesse apresentado alegações, foi emitida a presente decisão.
<p>Síntese dos pareceres apresentados pelas entidades consultadas</p>	<p>Ao abrigo do disposto no n.º 11 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, relativo à consulta a entidades externas à Comissão de Avaliação, foi recebida pronúncia de:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Águas da Região de Aveiro (AdRA) • Águas do Centro Litoral (AdCL) • Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) • Direção Regional de Cultura do Centro (DRCC) • Infraestruturas de Portugal, S.A. (IP) • Sociedade Baía do Tejo, S.A. <p>A <u>AdRA</u> esclarece que o Parque Empresarial da Quimiparque possui uma rede privada, gerida pela Sociedade Baía do Tejo, S.A., que descarrega no ponto de entrega indicado pela AdRA, que posteriormente é encaminhado para elevação e tratamento nas infraestruturas geridas pela AdCL.</p> <p>Assim, a AdRA estabelece à Sociedade Baía do Tejo, S.A. valores limite nos parâmetros de descarga de águas residuais industriais, acordados com a AdCL.</p> <p>A AdRA esclarece ainda que o proponente do projeto pode celebrar um contrato com a AdRA para o serviço de recolha de águas residuais. Nessa conformidade, todo o volume de águas residuais será descarregado no ponto de entrega definido pela AdRA e posteriormente encaminhado para elevação e tratamento nas infraestruturas geridas pela AdCL. Os termos da autorização que venha ser emitida pela AdRA indicarão as condições a respeitar pela empresa.</p> <p>A <u>AdCL</u> informa que a unidade industrial em apreço, embora se encontre inserida na área de abrangência do Sistema Multimunicipal (da AdCL), drena as águas residuais domésticas e/ou industriais para a rede de saneamento em baixa, cuja propriedade, gestão e avaliação das condições de descarga competem na íntegra à AdRA.</p>

	<p>A AdCL verificou que as condições de descarga das águas residuais previstas no EIA conferem com os valores estabelecidos por esta entidade no Apêndice 3 do projeto de Regulamento de Exploração.</p> <p>Contudo, por se tratar de uma ligação na rede em baixa, que por sua vez drena a mistura dos efluentes da AdRA para a rede de saneamento em alta, as condições de descarga impostas pela AdCL à Entidade Gestora da baixa, no ponto de recolha (ponto de fronteira entre as infraestruturas do Sistema Multimunicipal e o Sistema de Drenagem da AdRA), são as constantes da tabela anexa ao seu ofício (anexo ao Parecer da Comissão de Avaliação).</p> <p>A <u>ANEPC</u>, tendo em consideração que foram analisados no estudo os potenciais riscos existentes na área de implantação do projeto, bem como os potenciais cenários de acidente suscetíveis de ocorrer, emite parecer favorável, condicionado à implementação de um conjunto de recomendações, as quais foram integradas na presente proposta de decisão, sempre que pertinentes.</p> <p>A <u>DRC</u> refere, nomeadamente, que o projeto será implantado num edifício existente da Quimiparque localizado no Complexo Químico de Estarreja e que os trabalhos arqueológicos realizados não levaram à identificação de qualquer situação de risco sobre o património dado que o projeto se desenvolve no interior de um edifício existente há várias décadas.</p> <p>A <u>Infraestruturas de Portugal, S.A.</u> emite parecer favorável à pretensão e refere que não é permitido encaminhar águas de qualquer proveniência ou despejar resíduos para o Domínio Público Ferroviário.</p> <p>A <u>Sociedade Baía do Tejo S.A.</u> informa que nada tem a opor à instalação da referida unidade, desde que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • sejam respeitados os requisitos legais aplicáveis à atividade e os demais impostos pelas várias entidades competentes com intervenção no licenciamento e instalação da unidade industrial; • sejam respeitadas e cumpridas as cláusulas contratuais designadamente os Valores Limite de Emissão de Efluentes (VLE) aplicáveis à descarga de efluentes na rede de drenagem do parque industrial.
<p>Síntese do resultado da consulta pública e sua consideração na decisão</p>	<p>Em cumprimento do disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, a Consulta Pública decorreu durante 30 dias úteis de 12 de junho a 24 de julho de 2019.</p> <p>Durante o período de consulta pública foram recebidos dois pareceres com a seguinte proveniência:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Direção Geral do Território (DGT); • EDP Distribuição.

	<p>Síntese dos resultados da Consulta Pública</p> <p>A DGT informa que o projeto não constitui impedimento para as atividades geodésicas por si desenvolvidas pelo que nada tem a opor ao mesmo.</p> <p>A EDP distribuição refere que:</p> <ul style="list-style-type: none"> • As infraestruturas elétricas de média e baixa tensão não interferem com a unidade industrial; • As condições de ligação à rede serão definidas após apresentação do pedido de ligação e/ou projeto de infraestruturas elétricas; • Deve aplicar-se o diploma relativo às servidões para a rede elétrica (DR 1/92, de 18 de fevereiro). <p>Consideração dos resultados da consulta pública</p> <p>As exposições recebidas e acima sintetizadas foram consideradas no âmbito da avaliação desenvolvida.</p>
<p>Informação das entidades legalmente competentes sobre a conformidade do projeto com os instrumentos de gestão territorial, as servidões e restrições de utilidade pública e de outros instrumentos relevantes</p>	<p>Os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na área da unidade industrial em são:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano Diretor Municipal (PDM) de Estarreja, publicado no Aviso n.º 8186/2014, de 14 de julho, que integra Espaço Urbano/Espaço de Atividades Económicas, cujo uso é compatível com as disposições regulamentares aplicáveis constantes dos artigos 68.º e 69.º do regulamento do citado PDM; • Plano de Pormenor do Parque Empresarial da Quimiparque (PPPEQ de Estarreja) publicado na Resolução de Conselho de Ministros n.º 81/2006, de 29 de junho; • Plano de urbanização do polígono nascente da área de desenvolvimento programado (PUPNADPEI) - ratificado pelo Aviso n.º 13640/2012, de 12 de outubro, o qual estabelece a que deverá obedecer a ocupação, uso e transformação do solo nesta área do território. <p>O projeto, ao inserir-se em área industrial, encontra-se compatibilizado com os instrumentos de gestão do território, e não afeta restrições e servidões de utilidade pública.</p>

Razões de facto e de direito que justificam a decisão

A NCD possui atualmente uma unidade de produção de produtos de limpeza e de lixívia em Vendas Novas. A opção pela implantação de uma nova unidade em Estarreja tem como objetivo aproximar a produção à origem da principal matéria-prima para a produção de lixívia (o hipoclorito de sódio) produzido no Complexo Químico de Estarreja e permitir, simultaneamente, de uma expansão para o crescente mercado ibérico. A unidade industrial da NCD a instalar em Estarreja apresenta assim uma estreita relação com a unidade de produção de cloro-alcalis da Bondalti, localizada cerca de 100 m a nascente e que produz o hipoclorito de sódio. Esta unidade fornecerá diretamente à NCD, por *pipeline*, evitando o transporte desta matéria perigosa por via rodoviária até Vendas Novas (cerca de 300 km).

Dado que:

- os equipamentos produtivos inerentes ao projeto são instalados no interior de um edifício pré existente;
- o edifício implanta-se num lote industrial do CQE, infraestruturado e afastado de recetores sensíveis;
- a área de implantação não se insere em nenhuma área classificada para a conservação da natureza;
- se trata de uma indústria química que trabalha com substâncias líquidas, nomeadamente substâncias perigosas para o meio aquático, não existindo fontes de emissão para a atmosfera,

as componentes mais relevantes da avaliação são os recursos hídricos (consumo e eventual contaminação das águas) e a análise de risco, não se identificando impactes na geologia e geomorfologia, solos e usos do solo, paisagem, saúde humana, património e sistemas ecológicos.

Relativamente ao incremento da circulação de veículos pesados, os impactes identificados na qualidade do ar e ambiente sonoro, decorrentes da emissão de substâncias poluentes e potencial incomodidade junto das povoações atravessadas são pouco significativos. De salientar ainda que os impactes relacionados com a circulação de veículos pesados para transportar as matérias-primas e os produtos ao longo das vias rodoviárias da região, sendo pouco significativos não são mitigáveis à escala de avaliação do projeto.

Além do exposto, verificou-se que o edifício foi alvo de intervenção em 2016/2017, nomeadamente colocação de nova cobertura, impermeabilização do pavimento, construção (no interior do edifício) de instalações sociais e da plataforma de misturas sobreelevada, e que no exterior do edifício:

- Construiu-se uma bacia de retenção e colocados os dois reservatórios de hipoclorito de sódio (zona lateral do edifício);
- Instalaram-se os reservatórios externos de água;
- Efetuou-se a instalação e ligação das redes de água, de esgotos

	<p>domésticos, de esgotos industriais e de águas pluviais;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Construiu-se o cais de carga (zona frontal do edifício); • Construíram-se dois pipelines com origem na Bondalti para transporte de hipoclorito de sódio e de água. <p>Assim, à data da realização da visita ao local faltava apenas instalar o equipamento produtivo, o qual se encontrava já no interior do edifício.</p> <p>Neste sentido, a avaliação desenvolvida focou-se na fase de exploração do projeto.</p> <p>Tendo em conta este enquadramento, os principais impactes sobre os recursos hídricos estão essencialmente relacionados com o consumo/captação de água.</p> <p>Para a capacidade instalada prevê-se que o consumo de água industrial do projeto será de 161 412 m³/ano enquanto para a capacidade efetiva será de 36 997 m³/ano.</p> <p>O fornecimento de água industrial é assegurado pela Bondalti, que abastece o CQE, e cujo sistema inclui, além de uma captação no rio Antuã, duas captações no Cretácico de Aveiro e três captações no Quaternário, verificando-se que cerca de 98,43% (2 764 152m³) da água que abastece o complexo é água captada no rio Antuã. Assumindo que no futuro se manterá a mesma proporção de captação (superficial <i>versus</i> subterrânea), a NCD passará a receber do rio Antuã cerca de 158 877,8 m³/ano de água, para capacidade instalada, e cerca de 36 416 m³/ano, considerando a capacidade efetiva.</p> <p>Verificando-se que o caudal do rio Antuã apresenta reduzidos valores em anos de seca, conclui-se que o impacto negativo sobre os recursos hídricos superficiais, associado ao fornecimento de água à NCD a partir do rio Antuã é pouco significativo nos anos médios, ao passo que nos anos secos é considerado como significativo.</p> <p>Relativamente aos Recursos hídricos subterrâneos, salienta-se o potencial impacto nas disponibilidades hídricas subterrâneas, nomeadamente do Sistema Aquífero Cretácico que se encontra em estado de depleção, pelo que em termos quantitativos se encontra classificado como medíocre.</p> <p>Assim, caso haja um incremento dos volumes de água extraídos através dos furos localizados no Cretácico, mormente em circunstâncias de seca prolongada ou até simplesmente durante os períodos de estio em que se verificam uma grande escassez ou redução das disponibilidades hídricas do rio Antuã, este impacto sobre este Sistema poderá ser significativo.</p> <p>Em termos de impactes cumulativos, verifica-se que as indústrias do CQE consomem um elevado volume de água e que o período de estio é crítico ao nível do abastecimento proveniente do Antuã. Este consumo, acrescido do consumo agrícola dos perímetros de Beduído e de Salreu origina um impacto ambiental cumulativo muito significativo sobre o rio Antuã, no período de</p>
--	---

estio, sobretudo nos anos de seca.

Relativamente ao projeto em avaliação, embora contribua com um efeito cumulativo, que no cenário da capacidade instalada, poderá ser significativo ao nível o consumo de água, além de medidas de eficiência hídrica, não lhe poderão ser impostas medidas relativas a origens alternativas de água, dado que esta é fornecida por uma outra empresa. Tendo em conta a produção efetiva prevista, o impacto sobre este recurso será pouco significativo, mesmo considerando a situação de anos de seca, nos quais o caudal do rio é muito reduzido.

Os principais riscos associados ao funcionamento desta unidade industrial prendem-se sobretudo com a ocorrência de potenciais derrames de substâncias perigosas presentes na unidade, nomeadamente substâncias perigosas para o meio aquático, entre as quais se destacam as que se enquadram no regime jurídico da Prevenção de Acidentes Graves (PAG), definido pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto.

No entanto, com o objetivo de prevenir e mitigar os efeitos resultantes de eventuais acidentes a instalação possui um conjunto de medidas preventivas que passam pela existência de piso totalmente impermeabilizado, bacias de retenção e rede interna de recolha de derrames. Além disso, toda a atividade produtiva é efetuada no interior do edifício. De acordo com a avaliação de compatibilidade de localização realizada no âmbito do EIA, concluiu-se que a instalação é compatível com o requerido no âmbito do previsto no regime de prevenção de acidentes graves envolvendo substâncias perigosas.

Por outro lado, ao nível dos impactos positivos, salienta-se a criação de emprego decorrente da implementação do projeto.

No decurso da Consulta Pública não se registou qualquer participação do público direta ou indiretamente afetado, mas apenas de instituições que não expressam oposição ao projeto.

No âmbito da Consulta às Entidades Externas, destaca-se o parecer da Águas da Região de Aveiro (AdRA) e da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, cujos aspetos relevantes foram integrados na presente decisão.

Em face do exposto, ponderados os impactos negativos e a sua possibilidade de minimização, bem como perspetivados os impactos positivos, emite-se decisão favorável, condicionada ao cumprimento dos termos e condições impostas no presente documento.

Elementos a apresentar

Devem ser apresentados à autoridade de AIA, para apreciação e pronúncia, os seguintes elementos:

Previamente à entrada em funcionamento

1. Medidas que permitam impedir que derrames e potenciais águas de combate a incêndio contaminadas possam atingir o solo no exterior do estabelecimento, ou a rede de águas pluviais do parque (como por exemplo uma rede de caleiras de recolha interna), acompanhadas do respetivo estudo de viabilidade técnica. Essa análise deve tomar em consideração, de forma fundamentada, o volume de águas de incêndio potencialmente gerado, as inclinações que ocorrem no piso do edifício e as diferentes saídas/portas e a capacidade de contenção do cais de carga, entre outras.
2. Procedimento e/ou solução de intervenção na estrutura do estabelecimento, que garanta que as águas de lavagem do piso (limpezas periódicas) nunca são encaminhadas para a rede de águas pluviais/solo, tendo em consideração, nomeadamente, as inclinações do pavimento e as saídas (portas) existentes.
3. Programas de monitorização dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos integrando, nomeadamente, as orientações constantes da presente decisão.

Medidas de minimização e de potenciação dos impactes positivos

A Autoridade de AIA deve ser previamente informada do início da fase de exploração do projeto, de forma a possibilitar o desempenho das suas competências em matéria de pós-avaliação.

De acordo com o artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, devem ser realizadas auditorias por verificadores qualificados pela APA. A realização de auditorias deve ter em consideração o documento “Termos e condições para a realização das Auditorias de Pós-Avaliação”, disponível no portal da APA. Os respetivos Relatórios de Auditoria devem seguir o modelo publicado no portal da APA e ser remetidos pelo proponente à Autoridade de AIA no prazo de 15 dias úteis após a sua apresentação pelo verificador.

Medidas a integrar no Projeto

1. Selagem da sarjeta do cais de carga de produto final, de forma a evitar a potencial entrada de derrames no cais na geral de águas pluviais do parque industrial.
2. Garantir a impermeabilização do cais de carga, de forma a assegurar a contenção de potenciais águas de combate a incêndio contaminadas.
3. Construção de telheiro sobre o cais de carga, de forma a evitar a entrada de águas pluviais no mesmo.
4. Construção de telheiro sobre a bacia de retenção dos reservatórios R12/R13/R14 de forma a evitar a entrada de águas pluviais na mesma.
5. Introdução de mecanismos de deteção, alarme e bloqueio na tubagem que liga os reservatório de hipoclorito de sódio (R12 e R13) ao reservatório R9, que atue automaticamente no caso de rotura da tubagem.
6. Implementação das medidas que permitam impedir que derrames e potenciais águas de combate a incêndio contaminadas possam atingir o solo no exterior do estabelecimento, ou a rede de águas pluviais do parque, nos termos resultantes da apreciação que vier a ser desenvolvida sobre Elemento a apresentar n.º 1.

7. Implementação da solução que garanta que as águas de lavagem do piso (limpezas periódicas) nunca são encaminhadas para a rede de águas pluviais/solo, tendo em consideração, nomeadamente, as inclinações do pavimento e as saídas (portas) existentes, nos termos resultantes da apreciação que vier a ser desenvolvida sobre Elemento a apresentar n.º 2.
8. Todos os órgãos de contenção, drenagem e receção de efluentes contaminantes devem ser dimensionados com superlativa margem de segurança e possuir a estanquicidade necessária, de modo a poderem evitar fugas em qualquer momento de funcionamento normal ou de acidente.
9. Instalação de um caudalímetro para registo do volume de efluentes industriais.

Medidas prévias à entrada em exploração

10. Assegurar a integração no plano(s) de emergência existente(s) para o Parque Empresarial da Quimiparque de cenários de acidente no *pipeline* de hipoclorito de sódio, com definição de procedimentos de atuação e responsabilidades em caso de emergência.
11. Assegurar a articulação com as entidades envolvidas em operações de socorro e de proteção civil no município, nomeadamente os agentes de proteção civil de Estarreja e o respetivo Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC).
12. Assegurar a articulação do Plano de Emergência Interno Simplificado elaborado para o estabelecimento, com o Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil (PMEPC), o Plano de Emergência Externo de Estarreja e o Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, nomeadamente com o Serviço de Proteção Civil de Estarreja.
13. Promover diligências junto da Sociedade Baía do Tejo S.A. para que sejam implementadas medidas de prevenção de eventuais acidentes decorrentes do cruzamento do ramal ferroviário com o acesso à unidade industrial da NCD, nomeadamente sinalização sonora ou semáforos.

Medidas Fase de Exploração

14. Implementar um Sistema de Gestão Ambiental para a unidade.
15. Implementar um Plano de Gestão de Resíduos.
16. Assegurar a manutenção da impermeabilização dos pavimentos e sistemas de drenagem existentes.
17. Desenvolver e implementar um programa de manutenção preventiva a todos os equipamentos, incluindo os depósitos de armazenamento de matérias-primas e respetivas bacias de retenção, assegurando o seu funcionamento nas melhores condições, a fim de reduzir o potencial risco de acidente.
18. Assegurar, no caso de acidente e libertação de substâncias no pavimento, a implementação de medidas imediatas de limpeza/contenção, devendo nomeadamente ser garantida a existência e operacionalidade de kits de derrames/material absorvente adequado em todos os locais onde existe manuseamento de substâncias perigosas.
19. Afixar instruções de fácil leitura de modo a que todos os colaboradores da instalação presentes no local se encontrem familiarizados com o modo de agir em caso de acidente (eventual derrame de substâncias perigosas).
20. Proporcionar formação adequada aos operadores que manipulam substâncias perigosas.
21. Garantir e manter, nas áreas de armazenamento, a segregação física de substâncias perigosas de outras

substâncias, e de fontes de ignição.

22. Instalar barreiras de segurança/sinalética para proteção de equipamentos em caso de movimento accidental dos empilhadores.
23. Implementar procedimentos de manuseamento e de circulação nas áreas de armazenagem de substâncias perigosas de forma a limitar ou eliminar a possibilidade de danificar estruturas de suporte, ou colisões diretas em contentores que acondicionam substâncias perigosas.
24. Efetuar operações periódicas de limpeza do sistema de recolha de derrames encaminhando devidamente os eventuais resíduos (lamas) daí provenientes, de forma a garantir o seu funcionamento eficaz.
25. Adoção do procedimento que garanta que as águas de lavagem dos pisos (limpezas periódicas) nunca são encaminhadas para a rede de águas pluviais/solo.
26. Sempre que ocorra um derrame de produtos químicos no solo, deve proceder-se à recolha do solo (ou outro material) contaminado, se necessário com o auxílio de um produto absorvente adequado, e ao seu armazenamento e posterior envio para destino final ou recolha por operador licenciado.
27. Promover a reutilização das águas de lavagem dos equipamentos e linhas de enchimento devendo as mesmas ser armazenadas em IBC e reutilizadas aquando da produção desse mesmo produto.
28. Manter um registo das medições do volume de águas residuais industriais produzidas e reutilizadas no processo produtivo com indicação (se for o caso) do pré-tratamento efetuado.
29. Promover medidas de uso eficiente da água no processo produtivo conducentes à redução, tanto quanto possível, do consumo específico de água.
30. Adotar medidas de potenciação dos impactes positivos resultantes da criação de emprego, nomeadamente, a articulação com os serviços municipais e com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, com vista a maximizar a criação de emprego local e a fixação de população.
31. Adotar medidas de minimização de impactes relativas às deslocações casa/trabalho, com recurso a soluções de transporte suave e/ou preferencialmente coletivo.
32. Assegurar a participação nas atividades do PACOPAR (Painel Consultivo Comunitário do Programa Atuação Responsável de Estarreja), composto por um grupo de entidades que atua em compromisso com a comunidade local para melhorar a qualidade de vida de Estarreja, aplicando os compromissos de Atuação Responsável, conforme acontece com outras empresas do CQE.

Fase de Desativação

33. Antes de proceder à desativação (total ou parcial) do projeto, apresentar um plano de desativação pormenorizado, contemplando:
 - Ações de desmantelamento e de obra;
 - O destino a dar a todos os materiais a retirar;
 - Identificação de medidas de minimização, caso se justifique.

Este plano deve ser apresentado à autoridade de AIA de forma a permitir a sua apreciação previamente ao início dos trabalhos de desativação.

Programas de monitorização

Recursos Hídricos Superficiais

- Monitorização dos seguintes consumos:
 - Consumo anual de água (m^3 /ano);
 - Consumo de água de origem superficial (em articulação com a Bondalti - empresa fornecedora de água);
 - Consumo de água no processo produtivo por tipologia de produto (m^3 /ano);
 - Consumo específico de água;
 - Volume de água reutilizada (m^3 /ano; %).
- Monitorização da descarga das águas pluviais, a partir da vala existente junto do edifício, do lado este. Imediatamente antes do(s) local(is) da(s) descarga(s) deve existir uma caixa de visita de modo a permitir a recolha das amostras.
- Monitorização da qualidade de água superficial na Vala da Breja, no local já considerado na caracterização apresentada no EIA.
- Os locais de amostragem devem ser georreferenciados e identificados no relatório.
- Parâmetros a analisar: nas águas pluviais e na Vala da Breja, o conjunto de parâmetros a analisar deve incluir todos os parâmetros pertinentes ao despiste derrames com origem na unidade industrial, destacando-se os seguintes: pH, Condutividade elétrica, Cloretos, Sódio, Detergentes, Fosfatos, CBO5 e Carbono Orgânico Total (COT).
- Periodicidade da amostragem: trimestral. Se houver períodos de amostragens previstas em que não há água para amostrar, tal deve ser referido no relatório.
- As análises laboratoriais devem ser efetuadas por laboratório acreditado para os métodos analíticos dos parâmetros solicitados, e as colheitas devem ser efetuadas por técnicos habilitados.
- A periodicidade dos relatórios de monitorização deve ser anual. Estes relatórios devem ser entregues à autoridade de AIA o mais tardar até ao final do mês de fevereiro do ano imediatamente a seguir ao ano a que se refere a monitorização. Os relatórios devem ser elaborados em conformidade com o estipulado no anexo V da Portaria 395/2015, de 4 de novembro. Na análise a efetuar aos resultados analíticos medidos, além da referência legal (anexo I do DL 236/98), deve ser considerado o registo histórico, de modo a encontrar a tendência de evolução da qualidade da água amostrada. Na análise dos resultados pode ser relevante a consideração de resultados de outras monitorizações desenvolvidas na envolvente.
- O promotor pode solicitar a revisão do plano de monitorização ao fim de 5 anos, dependendo da análise do respetivo registo histórico.

Recursos Hídricos Subterrâneos

- Monitorização do consumo de água de origem subterrânea (em articulação com a Bondalti - empresa fornecedora de água), identificando a origem de água (Sistema Quaternário versus Sistema Cretácico).
- Construção de dois piezómetros próximos do edifício fabril, aproximadamente a meio do seu comprimento, um do lado leste e outro a oeste, que permitam, a par das observações piezométricas, colher amostras de água representativas do aquífero superficial.

- O plano deve considerar e ser complementado pelos resultados da monitorização qualitativa decorrente das atividades do ERASE (Agrupamento para a Regeneração Ambiental dos Solos de Estarreja), em particular os resultados correspondentes aos piezómetros 18, 19, 20, 22 e 24 localizados no entorno da fábrica (vide Figura 5.13 - Relatório de Síntese do EIA). O conjunto de parâmetros a analisar deve incluir todos os parâmetros pertinentes ao despiste derrames com origem na unidade industrial, destacando-se os seguintes: pH, Condutividade elétrica, Cloretos, Sódio, Detergentes, Fosfatos e Carbono Orgânico Total (COT).
- Periodicidade da amostragem: trimestral.
- Na análise dos resultados pode ser relevante a consideração de resultados de outras monitorizações desenvolvidas na envolvente.